

Resumo: *Para entendermos como a Igreja do Brasil acolheu “o novo” do Concílio Vaticano II temos que compreender o que aconteceu com as “minorias abraâmicas” que prepararam o terreno para que as sementes de renovação caíssem em terreno adubado. O texto aqui apresentado salienta três eixos da renovação eclesial na década de 50 do século passado; a) a renovação litúrgica, raiz da renovação cristológica e eclesiológica; b) a consciência do social; c) a dimensão missionária e o compromisso eclesial na pastoral de conjunto.*

Abstract: *In order to understand how the Church in Brazil received the “innovations” of the Second Vatican Council we have to grasp what happened to the minority groups likened to the families of Abraham from of old which prepared and fertilized the soil for the plantation of the seeds of renovation. The text of this article lays stress on three main focal points inherent in the ecclesial renovation shown forth in the decade of the fifties of the last century: a) the liturgical renovation, developed from the Christological and ecclesiological renewal; b) awareness of the social dimension; c) the missionary activity of the Pastoral organizations of each diocese as the contribution to the good of the Church universal.*

Como a Igreja do Brasil adubou o terreno para o Concílio Vaticano II

*José Ernanne Pinheiro**

* Padre José Ernanne Pinheiro, natural do Ceará, atualmente incardinado na arquidiocese de Brasília. É assessor da CNBB como secretário do Centro Nacional de Fé e Política (CEFEP).



“O Concílio Vaticano II foi um Concílio pastoral-eclesiológico... que não veio para definir ou condenar; mas para servir e salvar. Toda a sua postura não foi fuga do mundo, mas presença viva e atuante em favor do mundo e da humanidade. Quis ser um fermento evangélico inserido no coração do mundo e da humanidade, a fim de tornar o mundo o mais saudável possível no corpo e na alma” (Cardeal Aloisio Lorscheider).¹

Vivemos tempos de jubileu. Há 50 anos, outubro de 1962, o Papa João XXIII declarava aberto o Concílio Vaticano II, evento marcante no século XX não só para os cristãos. Foi considerado um novo Pentecostes, uma nova primavera.

O aspecto “ecumênico” do Concílio quer expressar tanto a abertura para o diálogo com o mundo moderno como a sua dimensão universal. O Concílio foi ecumênico porque contou com a presença significativa de todos os continentes e, sobretudo, com expressões eclesiais diversificadas.

O Cardeal Aloisio Lorscheider, por ocasião das celebrações dos 40 anos do Vaticano II, “resume o evento com duas palavras-chave para compreender a sua pastoral e a sua eclesiologia – **aggiornamento e diálogo**. **Aggiornamento** – com os seus sinônimos: atualização, renovação, rejuvenescimento – da Igreja: diaconia e serviço. **Diálogo** da Igreja consigo mesma, com as outras Igrejas e mesmo com as outras religiões e o mundo dos não-crentes. Sinônimo: comunhão, participação, corresponsabilidade.²

É certo que o Concílio Vaticano II só mereceu um grande destaque porque a Igreja vivia, nas décadas anteriores, um clima de criatividade e de liberdade para novas experiências, legitimadas pelo conclave que lhes ofereceu cidadania eclesial, maior aprofundamento e dimensão universal.

Nas pegadas do Concílio Vaticano II, em comunhão com toda a Igreja, celebramos com alegria os 50 anos da abertura do evento, mas ao mesmo tempo procuramos revitalizar e atualizar a herança que nos conduziu a este novo Pentecostes.

¹ Cf. publicação coletiva *Vaticano II – 40 anos depois*, Paulus, 2002, pag. 49

² Cf. obra citada, p. 40. Na mesma publicação, pp. 51-70, padre José Comblin, por sua vez, expressa **as Sete Palavras-chaves do Concílio Vaticano II**: – *Homem*; – *Liberdade*; – *Povo de Deus*; – *Colégio episcopal*; – *Diálogo*; – *Serviço*; – *Missão*.



É certo que as sementes de renovação foram plantadas ao longo de períodos anteriores, mas acreditamos que elas deitaram raízes e produziram frutos abundantes, entre nós, de modo muito especial na década de 50 do século passado.

Concordamos com Raimundo Caramuru Barros, no seu livro **“Para entender a Igreja no Brasil”**, que a nossa Igreja viveu nos anos 50 do século passado uma das fases mais criativas da sua história, o que quer dizer, adubou o terreno para receber as novidades do Concílio Vaticano II. Os títulos dos capítulos do seu livro já expressam o conteúdo a ser tratado: as sementes de renovação (1931-1949); ... E a semente cresceu e multiplicou-se (1950-1957); anos de expansão, transição e conflito (1958-1962)...³

Vivíamos, no Brasil, sobretudo nos anos que precederam o Concílio, um clima de renovação com sinais que indicavam pistas para nova fase da fidelidade evangélica. Expressando-nos numa linguagem aparentemente triunfalista (seguramente não o é), podemos dizer que o Concílio Vaticano II começou entre nós na década de 1950.

Destacamos três linhas básicas da renovação eclesial que prepararam a vivência conciliar entre nós (embora não só entre nós), através de três categorias:

- 1 – renovação litúrgica com uma nova mística que criava exigência de ação, explicitada através da renovação eclesiológica, baseada numa visão de teologia da história e no desejo crescente de celebrar a vida;

³ São os títulos dos capítulos do livro que o autor Raimundo Caramuru Barros (Servus Mariae) escreve com autoridade: **“Para entender a Igreja no Brasil – A Caminhada que culminou no Vaticano II (1930-1968)”**, Vozes, 1994. Trata-se de uma leitura privilegiada dos acontecimentos porque ele foi assessor da CNBB durante vários destes anos e o formulador de muitas das chaves de renovação do período correspondente aos anos próximos ao Vaticano II; portanto, uma leitura mais nacional. Procuo complementá-la com minha experiência no período, vivenciada no Ceará, através do Seminário da Prainha e dos leigos/as da Ação Católica especializada, sobretudo na Juventude Agrária Católica (JAC), na Juventude Universitária Católica (JUC) e na Juventude Operária Católica (JOC)...
Contamos com uma bibliografia sólida sobre a ação da Igreja do Brasil nesses anos. Sobre a participação mais específica da Igreja do Brasil no Concílio Vaticano II temos a excelente obra do padre José Oscar Beozzo: **A Igreja do Brasil no Concílio Vaticano II(1959-1965)**, Paulinas, 2005



- 2 – nova consciência do social, fundamentada nas exigências do Evangelho, no Ensino Social da Igreja e nos apelos constantes de um país em ebulição;
- 3 – a corresponsabilidade missionária, com sementes plantadas em vários campos e em várias vertentes, qual um rio com seus afluentes correndo para o mar, desenvolveu a pastoral de conjunto, na unidade entre os membros da hierarquia e os leigos, até chegar a um a tentativa de planejamento de pastoral mais orgânico, como exigência da missão.

1 A renovação litúrgica

A renovação litúrgica era um guarda-chuva que dava cobertura a várias ramificações da renovação eclesial. Recebíamos influência de grupos especializados de outros países (França, Bélgica, Alemanha), de modo especial dos beneditinos, mas, também, despertávamos em criatividade com iniciativas próprias importantes. Na renovação litúrgica, redescobrimos a centralidade de Jesus Cristo, superando o devocionismo das celebrações. A espiritualidade do Corpo Místico de Cristo nos encaminhava tanto para Jesus Cristo como para uma nova relação entre os membros do corpo – na Igreja, levando para nova eclesiologia com fundamentos bíblicos e patrísticos. Também pela liturgia, começamos a acentuar a urgência do espírito comunitário – o sentido da assembleia, da participação e suas consequências para a missão. O papel do Movimento do Mundo Melhor, do padre Lombardi, na mística do Corpo Místico, foi fundamental para desarmar os espíritos e criar um clima de compromisso evangélico.

Foram passos promissores para acolhermos a Ação Católica especializada que, através do método *ver, julgar e agir*, nos formava para a contemplação na ação, elaborando uma sensibilidade para os acontecimentos, lendo-os à luz da Palavra de Deus para um agir em sintonia com a renovação eclesial. A dimensão política começa a despontar de maneira implícita ou mesmo explícita nos respectivos meios sociais. Todo este clima de renovação tinha seu desaguar, por intermédio de alguns bispos e padres, dos Seminários Maiores e dos Movimentos de ação católica especializada, também em algumas dioceses e paróquias e outras expressões eclesiais, embora através de minorias e com tensões entre modelos de Igreja.



2 A nova consciência do social

Uma nova consciência do social, emanada tanto da dimensão social dos movimentos sociais como da ação eclesial, penetrava de cheio no âmago da Igreja. Naturalmente uma nova metodologia, não mais só assistencial, mas também promocional, integrava os recintos dos cristãos. Uma grande novidade: os cristãos leigos, sobretudo os que se engajavam na realidade desafiante do nosso país, redescobriam a categoria “pobres”, em moldes novos, com a descoberta da dimensão política da pastoral. Estivera ela bastante ausente nas últimas décadas. Também vinha à tona o sentido da dignidade do trabalho humano como motivação das encíclicas sociais desde Leão XIII (cf. *Rerum novarum*), mas também vivenciada pela juventude operária católica (a JOC do padre José Cardijn), formando militantes admiráveis a quem muito devemos ao entrarmos no emaranhado da renovação industrial.

Podemos lembrar entre nós outras experiências levadas ao Concílio, mas sobretudo, novas feições de bispos pastores e missionários, muitos deles formados nas fileiras da Ação Católica especializada que assumem, com acentuado espírito missionário, a novidade do Espírito nos seus respectivos meios sociais – operário, camponês, estudantil e universitário, profissional...

Pensemos igualmente no Movimento de Educação de Base (MEB), na nascente Campanha da Fraternidade, nas semanas ruralistas defendendo a Reforma Agrária, no apoio aos sindicatos rurais, no papel da JAC (Juventude Agrária Católica), no movimento de Natal que atingia todo o Nordeste, mas também iluminava novos caminhos em outros Estados da federação. De modo muito especial, tenhamos presente a ebulição no meio da Juventude Estudantil e Universitária (JEC, JUC), despertando para o ideal histórico, com repercussão no compromisso político, chegando a criar um partido político – a AP (Ação Popular).

O teólogo peruano Gustavo Gutierrez, autor de muitas publicações sobre a Teologia na América Latina, por ocasião da elaboração do seu livro sobre a Teologia da Libertação, veio ao Brasil entrevistar alguns militantes da caminhada da Juventude Universitária Católica – suas intuições, seus pressupostos filosóficos e teológicos, sua prática política e sua metodologia de formação⁴.

⁴ Cf. Luiz Alberto Gomez de Sousa, no seu livro “**A JUC: os estudantes católicos e a Política**”, Vozes, p. 9



Seguramente essas experiências estavam em sintonia com experiências similares de outros países: padres operários da França, os grupos do Abbé Pierre que trabalhavam a assistência aos pobres, de modo especial a moradia popular; a espiritualidade do irmão Charles de Foucauld e tantas outras. O Concílio Vaticano II não partia do zero, mas vinha carregado da “*esperança que não decepciona*” (Rom 5,5).

3 Planejamento Pastoral

Pudemos já caracterizar pelo menos quatro eixos-chave da nossa caminhada eclesial, que serão o sustentáculo ao conjunto do Concílio. Como estes quatro eixos foram vivenciados pela Igreja do Brasil no período anterior?

As sementes plantadas germinaram, colaborando para a pastoral de Conjunto, para o Planejamento da Pastoral e para o Plano de pastoral – Plano de Emergência, já antes do Concílio Vaticano II. Vejamo-las:

- a) ***a volta às fontes da Palavra de Deus*** pelo movimento bíblico, através dos instrumentos que colocavam a Sagrada Escritura nas mãos do povo, tornando a Palavra de Deus luz para enfrentar os desafios correntes;
- b) ***a consciência da vivência em comunidade na assembleia litúrgica (o Povo de Deus)***, de base bíblica com significado especial para a missão também do leigo/a; as assembleias litúrgicas, com suas exigências de participação e de vivência comunitária, fizeram germinar brotos de pequenas comunidades de onde desabrocharam as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), à luz da Palavra de Deus, levando à ação do laicato na mística da missão.

Caramuru já caracteriza as CEBs no período 1958-1962 ao afirmar: “Nesse momento, já começava a tomar corpo a ideia da comunidade eclesial de base. O nome, porém, ainda não havia sido cunhado. Sê-lo-ia logo depois, embora como “comunidade de base”. O termo *eclesial* só seria acrescentado em 1965”⁵

- c) ***a questão da colegialidade-comunhão:***

Em 1952 um grande acontecimento eclesial: a criação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), inclusive com

⁵ Obra citada, pag.141.



ajuda dos leigos/as da Ação Católica especializada. Foi complementada pela criação da Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB) em 1954, quais duas irmãs siamesas alimentando o espírito comunitário e profético na renovação eclesial entre nós. Também nascia o Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM), em 1955, no Rio de Janeiro, abrindo horizontes para a mística latino-americana. Um novo panorama se abre para a missão da Igreja, com expectativa de novos passos em reconstrução.

“... É preciso deixar claro que um personagem central de nossa Igreja, a partir dos anos 40 do século XX, **Helder Pessoa Câmara**, terá papel destacado nesta reconstrução. Dom Helder foi um líder proativo nos diversos processos intra e extra-eclesiais do período. É também fonte de uma preciosa documentação, sem a qual seria impossível olhar sob a superfície de tais processos”⁶.

O trabalho colegial entre os Bispos na perspectiva da Pastoral de Conjunto foi produzindo um novo perfil de Episcopado nos anos 50, valorizando: a colaboração fecunda entre os Bispos e os Leigos, o exercício de corresponsabilidade colegial, os encontros de representantes das hierarquias latino-americanas e das hierarquias norte-americanas; o exercício da missão profética em uma sociedade em rápida mutação.

Nesse campo teve um papel fundamental a chegada ao Brasil do novo Núncio Apostólico, Dom Armando Lombardi, com atuação de excepcional importância para a renovação da Igreja no Brasil até 1964⁷.

d) *os sinais dos tempos como sinais do Espírito*

Eles se expressaram no Concílio pela *Gaudium et Spes*, com a forte presença dos documentos pontifícios de cunho social,

⁶ Cf. o recente artigo de Luiz Carlos Luz Marques em parceria com José Oscar Beozzo: **A Igreja do Brasil na preparação do Vaticano II**, publicado na Revista Horizonte, PUC-Minas, n.24 (especial) Dossiê: Concílio Vaticano II: 50 anos, dezembro, 2011, p. 988.

⁷ Diz Caramuru sobre o novo Núncio Armando Lombardi: “Durante dez anos visitou praticamente o país inteiro, até remotas prelações da Amazônia. Seus pronunciamentos por ocasião das Assembleias do episcopado, eram programas de grande perspicácia e descortino pastoral. O apoio decisivo e ostensivo que deu ao apostolado dos leigos e, em especial, à criação de novas circunscrições eclesiais, a indicação para o episcopado de sacerdotes com grande visão e experiência pastoral, a atitude amiga e fraterna e ao mesmo tempo franca com que tratava os irmãos no episcopado, foram contribuições que ajudaram significativamente a plasmar, no longo de uma década, o novo perfil da Igreja no Brasil”, pag. 95.



sobretudo as duas últimas encíclicas do Papa João XIII – *Mater et Magistra* (1961) e a *Pacem in terris* (1963) e também pelos dramáticos questionamentos da realidade social do mundo moderno.

Quando o novo esquema “A Igreja no mundo de hoje” fez parte da agenda do Concílio, recolhia as novidades das Igrejas já presentes no mundo, em diálogo com o mundo, a serviço do mundo. Essa caminhada já vinha de longe num caminhar lento, mas promissor, tanto nos países desenvolvidos como nos países em desenvolvimento.

No Brasil, nos anos 50, vivíamos o grande impulso desenvolvimentista, surgido no país após a II Guerra Mundial; o crescimento desordenado das cidades; as exigências crescentes de uma transformação estrutural na agricultura. Tudo isso não podia deixar de estimular uma participação mais efetiva da Igreja que, por sua vez, continuou a marcar presença nas questões educacionais e a preocupar-se com os meios de comunicação social. As relações da Igreja com a sociedade civil promoviam um encontro feliz – no desenvolvimento rural e na reforma agrária; no desenvolvimento nacional e regional; nas questões relativas à educação e opinião pública⁸.

No desenvolvimento rural, muitas iniciativas estão em curso no momento.

A título de exemplo: as semanas ruralistas, lembrando-nos de modo especial da semana ruralista de Campanha – MG, onde o bispo Dom Inocêncio Engelke em sua carta pastoral pronunciou uma frase célebre: “Conosco, sem nós, ou contra nós, se fará a reforma agrária”; o trabalho das cooperativas; o Serviço de Assistência Rural (SAR), em Natal – RN; a educação rural através das escolas radiofônicas (o Movimento de Educação de Base – MEB) e outros.

O desenvolvimento nacional e regional aconteceu num diálogo promissor entre Igreja e Estado, exatamente no momento em que o Presidente Juscelino dava início a seu plano de metas e a seu projeto de criação da nova capital em Brasília⁹ (em 1956 foi enviado ao Congresso

⁸ Cf. CARAMURU, obra citada, pp. 105-111.

⁹ Em manuscrito, está depositada nos arquivos do Centro de Documentação Helder Câmara, CeDocHC, uma carta de Dom Helder convidando o Papa João XXIII para estar presente na inauguração da nova capital – Brasília, no dia 21 de abril de 1960.



o projeto de lei sobre a transferência da capital para o centro do país). O presidente Juscelino defendia um desenvolvimento de “50 anos em 5”.

O episcopado concentrou suas atenções em dois aspectos fundamentais do desenvolvimento brasileiro: a) como processo integral, envolvendo o homem todo e todos os homens; b) o desenvolvimento não pode ser alcançado com base nas gritantes disparidades sociais e regionais.

Nesse período já se fazia sentir, no Brasil, a influência do padre dominicano **Lebret**, que vinha exatamente trabalhando na perspectiva de um desenvolvimento que não fosse um simples crescimento econômico mas que atendesse “ao homem todo e a todos os homens”, de acordo com a feliz expressão por ele criada. Tinha ele grande preocupação com o crescimento acelerado nas cidades brasileiras¹⁰.

Essa mesma discussão chegou com força ao Concílio durante a elaboração da *Gaudium et Spes*, levada pela América Latina e outros bispos, com o questionamento fundamental: não basta atender ao mundo moderno. E o então chamado “terceiro mundo” – o mundo dos pobres – como entra no Concílio?

João XXIII já tinha a intuição da problemática, verdadeiro desafio do Evangelho. Por isso, na abertura do Concílio, afirmou que a Igreja é de todos, sim, mas sobretudo dos pobres. Em comunhão evangélica, prelados conciliares dos países ricos com colegas dos países pobres, comecem a levantar a questão dos pobres como exigência de fidelidade ao

¹⁰ Nos anos 50, quando Dom Helder já era o Secretário Geral da CNBB, o padre Lebret fundava em São Paulo o grupo “Economia e Humanismo”, cuja influência se fez sentir em várias situações. Passemos um momento para o Vaticano II da *Gaudium et Spes* e do seu complemento com a Carta encíclica de Paulo VI – a *Populorum Progressio*, em 1967, sobre o Desenvolvimento dos povos. Esta carta encíclica teve Dom Helder e Padre Lebret como assessores. Aí o Papa diz: “O desenvolvimento não se reduz a um simples crescimento. Para ser autêntico, deve ser integral, quer dizer, promover todos os homens e o homem todo...” n.14. Sobre a atuação do padre Lebret nas cidades brasileiras, leia-se a análise do professor Alfredo Bosi, no seu livro: **Ideologia e contraideologia – temas e variações**, Companhia de Letras, 2010, pp. 262-275. Ele fala do papel renovador que “Economia e Humanismo” exerceu na formação dos urbanistas de São Paulo, Recife e Belo Horizonte, chamando a atenção para o crescimento desordenado das metrópoles e a situação deprimente das periferias, induzindo a uma política de descentralização administrativa. Foi encaminhada uma grande pesquisa, em 1957, sobre as condições de vida da cidade de São Paulo, tendo como objetivo primeiro reordenar os espaços de pobreza no sentido de humanizá-los. Lebret percebeu rápida e pioneiramente que o inchaço urbano nos grandes centros de São Paulo, Recife e Belo Horizonte estava estruturalmente vinculado à imigração, logo à pobreza do mundo rural nordestino.



Evangelho. É verdade que o tema não representou mais um esquema no Concílio, mas se tornou um "ausente-presente" porque estava implícito em várias das intervenções dos padres conciliares, com consequências para a relação Igreja-Política, para o agir dos cristãos na política¹¹.

A América Latina já vinha caminhando fortemente nesse veio – opção pelos pobres, produzindo uma espiritualidade original, uma teologia típica, uma evangelização libertadora que propunha uma libertação-salvação da pessoa humana total e todas as pessoas humanas, vítimas das injustiças.

Dom Oscar Romero, em discurso pronunciado na Universidade de Lovaina, ao receber o título de *doutor honoris causa*, um mês antes de ser assassinado (em 1980), revela a problemática dos pobres como novidade da recepção do Vaticano II na América Latina:

“Devemos ter claro desde o princípio que a fé cristã e a ação da Igreja sempre tiveram repercussões sócio-políticas. Por ação ou omissão, por convivência com um ou outro grupo social, os cristãos sempre influíram na configuração sociopolítica do mundo em que vivem. O problema então reside em ver como deve ser esse seu influxo no mundo sociopolítico, para que ele se faça verdadeiramente de acordo com a fé. Como primeira ideia, ainda que bem geral, coloco a intuição do Concílio Vaticano II, que está na base de todo o movimento eclesial da atualidade; a essência da Igreja está em sua missão de serviço ao mundo, para salvá-lo em sua totalidade e para salvá-lo na história, aqui e agora. A Igreja está no mundo para solidarizar-se com as esperanças e alegrias, com as angústias e tristezas dos homens. Como Jesus, a Igreja veio para ‘evangelizar os pobres e redimir os oprimidos, para procurar e salvar o que estava perdido’” (Lumen Gentium,8).

As Relações Igreja-Estado na década de 50 e início da década de 60, no Brasil, já dão sinais da afirmação de Dom Oscar Romero quando afirmava que “por ação ou omissão, por convivência com um ou outro grupo social, os cristãos sempre influíram na configuração sociopolítica do mundo em que vivem”.

A questão fulcral entre nós, no momento, era a consciência da estrutura de injustiça reinante na sociedade e a urgência de uma atitude

¹¹ Esta nova posição foi melhor explicitada pelo Papa Paulo VI, na *Populorum Progressio*, 1967, cumprindo uma promessa feita ao grupo de padres conciliares que trabalhavam a questão da Igreja dos Pobres durante as sessões do Concílio Vaticano II.



de compromisso evangélico com mudanças sociais radicais¹². Tornou-se mais do que um imperativo ético. Tornou-se um imperativo teológico espiritual. Também uma convicção, oferecida pela metodologia da Ação Católica especializada ao “ver a realidade”, de que é necessário entendê-la para transformá-la como parte constitutiva da evangelização.

A vivência de muitos agentes de pastoral no meio dos pobres, vítimas de estruturas injustas, criava exigências novas em nome do Evangelho; uma nova metodologia, baseada em Paulo Freire e no MEB, insistia em que os pobres não só são dignos de compaixão, mas devem ser sujeitos de seu destino, o que levava a passarmos do assistencialismo para a promoção humana. A Igreja tornou-se mais ativa naqueles setores da sociedade onde eram maiores as ameaças.

Dom Helder Câmara, no livro “Revolução dentro da Paz”, afirma: “... confere à Igreja uma responsabilidade indiscutível, em face dos novos desafios e lhe apresenta exigências inadiáveis. A Igreja não pode permitir que os autênticos valores de nossa civilização, que ela ajudou a criar, sejam levados de roldão nas mudanças estruturais a serem rapidamente efetuadas. Mas é chamada a denunciar o pecado coletivo, as estruturas injustas e estagnadas, não apenas como alguém que julga de fora, mas como alguém que reconhece sua parcela de responsabilidade e culpa. Deve ela ter a coragem de solidarizar-se com este passado e sentir-se assim mais responsável pelo presente e pelo futuro”¹³.

Os problemas supracitados, em ebulição na realidade brasileira, com a atuação crescente da Igreja Católica, expressando uma posição nova, exigiu novo estilo de diálogo e de cooperação no relacionamento entre a Igreja e o Estado nesses anos. A Igreja coloca-se ao lado dos injustiçados, exigindo mudanças sociais profundas através dos seus pronunciamentos e das metodologias de formação, sobretudo do laicato que foi mobilizado e formado para agir nessa perspectiva.

¹² Para melhor conhecermos a atuação da Igreja nos tempos que precederam a ditadura militar, veja-se o livro “**O Catolicismo brasileiro em época de transição**”, Edições Loyola, 1974. Seu autor é o brasilianista canadense Thomas Bruneau, cujo âmbito de estudo, no entanto, é mais amplo que os anos da ditadura.

¹³ Citação no livro de Thomas de Bruneau, p.146.



Do processo de Planejamento de Pastoral ao Plano de Emergência (1962)

Naturalmente, todo o caminhar das ideias (expressão muito querida a Dom Helder Câmara) preparou a elaboração de um primeiro Plano de Pastoral para a Igreja do Brasil, que se chamou “Plano de Emergência”, mas também preparava a recepção do Concílio Vaticano II. Esse Plano de Emergência foi um passo adiante em relação ao Planejamento de Pastoral: era a “pastoral de conjunto” em andamento.

Tudo partiu de um apelo do Papa João XXIII, logo após a sua eleição, ao dirigir-se aos bispos da América Latina por ocasião do Encontro dos Delegados do CELAM, realizado em Roma. Fazia o Papa um apelo para uma tomada de consciência da situação grave do Continente, dos desafios e exigências enfrentados pela Igreja.

Após uma rápida análise da situação continental, especialmente da situação da Igreja, assim se expressa o Santo Padre:

*“... Estamos seguros de que o espírito e a vida católica nas regiões da América Latina têm em si forças suficientes para abrigar as mais alegres esperanças de futuro. Mas para que se possam realizar de maneira feliz e indispensável – além da Graça Celeste – que os sagrados Pastores saibam empregar os meios particulares requeridos pela situação especial(...)”. Além dos dados da realidade, pede o papa um “Plano de ação” que “correspondendo à realidade, seja perspicaz nos propósitos e racional na seleção dos meios que se hão de empregar”.*¹⁴

Em 8 de novembro de 1961, o Papa João volta à questão em carta dirigida a todos os bispos latino-americanos, diante do aceleramento das transformações históricas e da insuficiente renovação processada nas estruturas pastorais.

Três pontos da carta merecem maior relevo:

- João XXIII pedia que cada país, o mais brevemente possível, chegasse a um planejamento pastoral (e a um plano) com os objetivos de iluminar as inteligências, revigorar a vida sacramental, fortalecer os católicos na fé;

¹⁴ Para maiores detalhes do apelo do Papa João XXIII aos Bispos da América Latina, cf. outro livro de Raimundo Caramuru, já publicado em 1967, sob o título: **“Brasil: uma Igreja em renovação”**, pela Editora Vozes. Desse livro colho informações sobre o Plano de Emergência.



- que os bispos mostrassem aos governantes e a todos os responsáveis a urgência das reformas estruturais e um esforço de promoção das massas subdesenvolvidas;
- que a Hierarquia e toda a Igreja local, numa função subsidiária, cooperassem com os governos nesse esforço de promoção humana e dele participassem ativamente.

A V Assembleia da CNBB, em abril de 1962, dedicou-se plenamente a atender ao apelo do Santo Padre. Logo nas páginas introdutórias dizem os Bispos: “Todo este trabalho a que a Igreja do Brasil se propõe: numa linha de reflexão sobre as necessidades da hora atual, numa preocupação de melhorar o que existe, inspirar novos empreendimentos, coordenar esforços dentro de uma visão pastoral de conjunto; tudo isto se insere providencialmente numa fase de história da Igreja Universal, que *vive já o clima do Concílio Vaticano II*”.

Os Bispos do Brasil receberam contribuição do Movimento do Mundo Melhor (MMM) para o esquema do Plano de Emergência através do Movimento de Natal, que tinha uma experiência solidificada em planejamento de pastoral. Também é bom lembrar que o padre Ricardo Lombardi tinha pregado pouco tempo antes um retiro para o episcopado, propondo a espiritualidade do Movimento do Mundo Melhor.

Falando sobre o Plano de Emergência, assim se expressa o texto dos Bispos:

“De acordo com o que nos foi sugerido pela Santa Sé, voltaremos as vistas para uma Parte pastoral e para uma Parte Econômico-social. Na primeira merecerão cuidado especial: a pastoral de Conjunto, a Renovação paroquial, a renovação de Ministério Sacerdotal, a Renovação dos Educandários. Na segunda: o Movimento de Educação de Base; as Frentes Agrárias, levando à Sindicalização Rural; a eventual colaboração com a Aliança para o progresso; a coordenação das obras apostólicas; o treinamento de líderes”.

Dom Helder Câmara, como secretário geral da CNBB, termina a apresentação do Plano de Emergência com as seguintes palavras:

“Agradecemos a Deus que tudo isso aconteça na Vigília do Concílio Ecumênico: o Plano de Emergência nos prepara para as reformas que hão de vir como consequência do Vaticano II. E os Bispos do Brasil têm inteira confiança de partir para Roma, deixando o Plano em marcha, entregue aos nossos padres, religiosos e leigos”.



Conclusão

Nos primeiros anos da década de 60, o Brasil viveu um período de grande ebulição social e política. Uma sede de renovação perpassava todas as áreas da sociedade, com fortes tensões ideológicas. Vivíamos entre o temor e a esperança, dependendo de que lado se encaravam as perspectivas para o País.

A Igreja Católica, através de suas forças vivas, vinha tomando consciência das injustiças e, portanto, estava vivendo o furacão dos embates travados na sociedade.

Já em pleno Concílio Vaticano II, em 1964, o Brasil enfrentou um golpe militar que desbaratou passos e níveis desta caminhada, com fortes repercussões para alguns campos do trabalho eclesial, sobretudo levando em consideração tudo o que foi até então descrito como sinais promissores de esperança.

Enquanto a Igreja vivia a nova primavera do Vaticano II, sofriamos o clima quente de um verão causticante na realidade do país, inclusive atingindo muitos dos seus filhos e filhas: prisões, torturas, exílios e mesmo morte-martírio. Um calvário!

O Brasil dos anos 50 ficou de molho. As conquistas no plano social e político – o sonho de uma democracia participativa foi para as calendas de uma noite escura. Foram mais de duas décadas de espantos e perplexidade (1964-1985) – o que vai acontecer?

No entanto, como disse Dom Helder Câmara no dia em que voltou a poder falar através dos meios de comunicação, após sete anos de exílio na própria terra: “Quanto mais negra a noite, mais carrega em si a madrugada”.

Nessa fase de escuridão, com a motivação da renovação conciliar e com “a esperança que não decepciona” muitas sementes voltaram a germinar em meio a obstáculos, mas com a pertinência de quem acredita que o sol poderá de novo brilhar.

Nem tudo estava perdido. No período da ditadura se solidificou o trabalho de pastoral de conjunto e de articulação dos trabalhos missionários, porque precisávamos mais uns dos outros e nos sentíamos continuamente interpelados a respostas rápidas diante dos novos desafios. Nos anos de chumbo da ditadura militar, a CNBB teve um papel fundamental ao concretizar sua missão também no caminho da defesa



dos direitos humanos, ao expressar a voz profética através de pastores valentes e corajosos.

A opção preferencial pelos pobres teve seu desenvolvimento considerando os pobres como sujeitos da evangelização. As Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), com seus **Intereclesiais** periódicos (a partir de 1975), deram sinais de Esperança como novo jeito de ser Igreja ou como novo jeito de a Igreja ser.

Dom Helder Câmara definiu as CEBs para o Papa Paulo VI, cantando uma música do Movimento de Evangelização Popular (as CEBs do Recife): *“eu acredito que o mundo será melhor, quando o menor que padece acreditar no menor”*.

Em sintonia com seus Pastores, novas iniciativas desabrocham: o nascimento do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), a Pastoral da Terra (CPT) e muitas outras.

50 anos da abertura do Concílio Vaticano II!

Como recuperar o clima eclesial dos anos 50 do século passado? Como recuperar o clima primaveril do Vaticano II? Como de novo visitar os documentos do Concílio Vaticano II, como palavras vivas de um momento de Igreja, num contexto de mudanças culturais aceleradas em que vivemos? Podemos pensar num Concílio Vaticano III ou sonhar como Dom Helder – com um “Concílio Jerusalém II”, no reencontro com as comunidades dos Atos dos Apóstolos com nova inculturação?

Endereço do Autor:

SE/Sul – Quadra 801 – Conj. B
CEP 70200-014 Brasília, DF